



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO DAS ÁGUAS – CTPA



1 **ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016**

2 **DATA-HORÁRIO:** 10/11/2016 – 9hh30.

3 **LOCAL:** Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT

4 **PRESENTES:**

Lista de presença anexa	Entidade	Segmento	Titular / Suplente
Claudia Bittencourt	Secretaria de Saneamento e R.H. / CRHi	Estado	Suplente
Dário Julio Silveira Peçanha	Secretaria de Saneamento e R.H. / Sabesp	Estado	Titular (Coord.)
Guilherme de P. S. C. Cortez	Desenvolvimento Econômico	Estado	Titular
Roberlei Lopes	P.M. Piracaia	Município	Titular
Claudia Oliveira Gomes	FIESP	Soc. Civil	Suplente
Elaine Ap. Maduro Costa	ABAG/RP	Soc. Civil	Titular (Relatora)
João Cabrera Filho	FAESP	Soc. Civil	Titular
Jorge Luiz Viana da Silva	APU	Soc. Civil	Suplente
Natália de Freitas C. Perlette	ASSEMAE	Soc. Civil	Suplente
Mariana H. Carnesecca Longo	IPT	Estado	Convidada

5

6 **1 – Apresentação de novo membro e Aprovação da ata da reunião do dia 21/09/2016**

7 A reunião iniciou com a apresentação do Sr. Jorge Luiz Viana da Silva como novo representante
8 da APU - Associação dos Profissionais Universitários da Sabesp – na CTPA, em substituição ao
9 membro anterior.

10 Logo após foi feita a leitura da minuta da ata da reunião anterior, sendo que após
11 complementação por solicitação do Sr. João Cabrera, foi aprovada por unanimidade.

12 **2 – Revisão dos itens “Relatório sobre a Viabilidade do Financiamento de Pagamento por
13 Serviços Ambientais (PSA) pelo FEHIDRO e outras fontes” e reprogramação do trabalho.**

14 Claudia Bittencourt inseriu observações importantes na versão 2016 da Minuta do “Relatório
15 sobre a Viabilidade do Financiamento de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) pelo
16 FEHIDRO e outras fontes”. Esclareceu que o relatório deve congrega os PDC’s – Programas de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO DAS ÁGUAS – CTPA



17 Duração Continuada - Planos de Bacias e Planos Estaduais, por esse motivo, o grupo fez
18 novamente leitura e revisão até o item 4 – “Financiamento de PSA pelo FEHIDRO”.

19 Mariana sugeriu que a Câmara adotasse um conceito de PSA para fins do relatório, se prontificou
20 a minutar, bem como a elaborar um diagrama com ações financiadas pelo FEHIDRO.

21 Em consulta informal ao FEHIDRO, Claudia Bittencourt obteve informação que somente poderão
22 ser financiados projetos de restauração ecológica com recursos do FEHIDRO, não existindo
23 hipótese de financiamento para manutenção/preservação de áreas após conclusão do projeto
24 de restauração e/ou manutenção/preservação de áreas já preservadas, destacou que inclusive a
25 Câmara já recebeu em outra oportunidade o representante do FEHIDRO para debater tal
26 assunto. O FEHIDRO também não financia restauração ecológica decorrente de obrigação legal.

27 Foi lembrado pelo grupo que os recursos do FEHIDRO, oriundos da cobrança pelo uso da água,
28 somente poderão ser tomados pelos usuários que pagam pelo seu uso. Diante disto, os
29 pequenos produtores rurais, com captações consideradas insignificantes (< 15m³/dia, água
30 subterrânea e < 25m³/dia, para águas superficiais), que são dispensadas de outorga, não
31 poderão tomar os recursos do FEHIDRO provenientes da cobrança pelo uso da água.

32 Considerando que está em votação o PL 192/2016, que dispõe sobre Plano Estadual de Recursos
33 Hídricos, discutiu-se que seria oportuno, para as entidades de classe que pleiteiam a
34 possibilidade de tomada de recursos do FEHIDRO por pessoas físicas, a apresentação de
35 proposta neste sentido solicitando a alteração da lei.

36 Recomendou-se que a Câmara acompanhe a tramitação do referido projeto de lei.

37 Sr. Cabrera comentou que os processos de outorga são complexos e caros, sugeriu que os
38 processos fossem coletivos, via associações de produtores.

39 A Câmara basicamente fundamenta o PSA na PEMC (Política Estadual de Mudanças Climáticas),
40 Claudia Bittencourt informou que segundo Consultoria Jurídica da Secretaria, a PEMC não é
41 específica para proteção de água. A minuta modificada apresentada para discussão incluiu
42 material associado a um Relatório elaborado a pedido das Nações Unidas que aproxima o PSA da
43 gestão hídrica, sugerindo a adoção da conceituação de PSA prevista neste documento em lugar



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO DAS ÁGUAS – CTPA



44 da PEMC. O referido documento subsidia o Projeto de Lei do Senado 276/2013, em tramitação,
45 que trata especificamente sobre PSA. Com relação aos novos PDC's associados ao PL 192, a
46 recomendação é de que os projetos de captação de recursos sejam orientados por estes, em
47 lugar dos PDC's antigos, os quais estão associados a uma *Deliberação Ad Referendum*. Foi
48 comentado que os projetos devem se enquadrar às linhas temáticas, pois, estas são a
49 operacionalização do Fehidro, não havendo enquadramento às linhas temáticas, não há
50 possibilidade de aprovação do projeto.

51 A elaboração das minutas dos itens faltantes do Relatório foi redistribuída de forma voluntária
52 entre os seus membros, na reunião anterior, e em breve será enviada nova revisão da minuta do
53 texto desenvolvido.

54 **3 – Próximas Reuniões**

55 Ficam pré-agendas as seguintes datas para as próximas reuniões 16 de fevereiro, 16 de março e
56 27 de abril de 2017, às 09h30, datas a serem confirmadas.

57

58

Dário Julio Silveira Peçanha
Coordenador da CTPA

59

60

61

Elaine A. M. Costa
Relatora da CTPA

62

63

64